



MUNICÍPIO DE SARDOAL

AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS RODOVIÁRIOS EM POSTOS DE ABASTECIMENTO PÚBLICOS – COM CARTÃO ELETRÓNICO DE ABASTECIMENTO

Caderno de Encargos



Índice

Parte I - Disposições gerais	4
Artigo 1.º	4
Objeto	4
Artigo 2.º	4
Forma e documentos contratuais	4
Artigo 3.º	4
Duração do contrato	4
Artigo 4.º	4
Obrigações do adjudicatário	4
Artigo 5.º	5
Obrigações da entidade adjudicante	5
Artigo 6.º	5
Patentes, licenças e marcas registadas	5
Artigo 7.º	5
Alterações ao contrato	5
Artigo 8.º	5
Cessão da posição contratual	5
Artigo 9.º	5
Subcontratação	5
Artigo 10.º	6
Preço base de desconto	6
Artigo 11.º	6
Preço	6
Artigo 12.º	6
Condições de pagamento	6
Artigo 13.º	6
Boa-fé	6
Artigo 14.º	6
Uso de sinais distintivos	6
Parte II - Especificações técnicas	6
Artigo 15.º	6
Conformidade e operacionalidade dos produtos	6
Artigo 16.º	7
Local	7



Parte III - Disposições finais	7
Artigo 17.º	7
Sanções	7
Artigo 18.º	7
Resolução sancionatória por incumprimento contratual	7
Artigo 19.º	7
Comunicações e notificações	7
Artigo 20.º	7
Cláusula arbitral e foro competente	7
Artigo 21.º	7
Direito aplicável	7



Parte I - Disposições gerais

Artigo 1.º

Objeto

O presente caderno de encargos tem por objeto a aquisição estimada de 10.200 litros de gasolina e 141.000 litros de gasóleo, ao abrigo do Acordo Quadro de Combustíveis Rodoviários CPCC/02/2021, celebrado pela Central de Compras da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, de acordo com o Lote 1 – Aquisição de combustíveis rodoviários em postos de abastecimento públicos, com cartão eletrónico de abastecimento.

Artigo 2.º

Forma e documentos contratuais

1. O contrato será reduzido a escrito nos termos do art.º 4.º do caderno de encargos do Acordo Quadro de combustíveis rodoviários.
2. Fazem parte integrante do contrato os seguintes documentos:
 - a) Os suprimentos dos erros e omissões do caderno de encargos identificados pelas entidades convidadas, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativas ao caderno de encargos;
 - c) O presente caderno de encargos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos à proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Além dos documentos indicados no número anterior, faz parte integrante do contrato o caderno de encargos do Acordo Quadro.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2, a prevalência é determinada pela ordem que nele se dispõe.

Artigo 3.º

Duração do contrato

O contrato mantém-se em vigor pelo prazo de 36 meses a contar da data da sua assinatura ou até ao limite do preço contratual, se este acontecer primeiro, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Artigo 4.º

Obrigações do adjudicatário

1. O adjudicatário obriga-se a executar o objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, o *know-how*, a diligência, o zelo e a pontualidade próprios das melhores práticas.
2. Constituem ainda obrigações do adjudicatário:
 - a) Apresentar os documentos de habilitação a que estão obrigados, nos termos do artigo 81.º do CCP;
 - b) Fornecer os produtos à entidade adjudicante, conforme as características técnicas e requisitos mínimos e com as especificações do presente caderno de encargos;
 - c) O adjudicatário obriga-se a recorrer a todos os meios humanos e materiais que sejam necessários e adequados à execução do contrato;
 - d) Comunicar antecipadamente, logo que tenha conhecimento, à entidade adjudicante, o fato que torne total ou parcialmente impossível o fornecimento dos produtos/a prestações dos serviços objeto do procedimento, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações nos termos do contrato celebrado com a entidade adjudicante;
 - e) Não alterar as condições de fornecimento dos produtos/da prestação dos serviços fora dos casos previstos no presente caderno de encargos;



- f) Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização da entidade adjudicante;
- g) Comunicar qualquer fato que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica e a sua situação comercial;
- h) Manter sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando quaisquer informações que obtenham no âmbito da formação e da execução do contrato, nem utilizar as mesmas para fins alheios àquela execução, abrangendo esta obrigação todos os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros que nelas se encontrem envolvidos;
- i) Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, registos e licenças necessários para o pontual cumprimento das obrigações assumidas no contrato;
- j) Remunerar a CIMT nos termos do artigo 36º do Caderno de Encargos do Acordo Quadro;
- k) Comunicar, com periodicidade semanal, à entidade adquirente Município de Sardoal, para o endereço eletrónico aprovisionamento@cm-sardoal.pt, o preço de referência a praticar para a semana em causa.

Artigo 5.º

Obrigações da entidade adjudicante

Constitui obrigação da entidade adjudicante, pagar, no prazo acordado, as faturas emitidas pelo adjudicatário.

Artigo 6.º

Patentes, licenças e marcas registadas

São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da obtenção ou utilização, no âmbito do contrato, de patentes, licenças ou marcas registadas.

Artigo 7.º

Alterações ao contrato

1. Qualquer alteração do contrato deverá constar de documento escrito assinado por ambos os outorgantes e produzirá efeitos a partir da data da respetiva assinatura.
2. A parte interessada na alteração deve comunicar, por escrito, à outra parte essa intenção, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias em relação à data em que pretende ver introduzida a alteração;
3. O contrato pode ser alterado por:
 - a) Acordo entre as partes, que não pode revestir forma menos solene que o contrato;
 - b) Decisão judicial ou arbitral;
 - c) Razões de interesse público.
4. A alteração do contrato não pode conduzir à modificação de aspetos essenciais do mesmo, nem constituir uma forma de impedir, restringir ou falsear a concorrência.

Artigo 8.º

Cessão da posição contratual

Não é permitida a cessão da posição contratual nos termos do art.º 25.º do caderno de encargos do Acordo Quadro de combustíveis rodoviários.

Artigo 9.º

Subcontratação

1. O contrato tem carácter *intuitu personae*, pelo que o adjudicatário não pode subcontratar, no todo ou em parte, a execução do seu objeto.
2. Excetua-se da proibição do número anterior a subcontratação que seja objeto de autorização prévia e por escrito da entidade adjudicante.
3. Em caso de subcontratação, o adjudicatário mantém-se plenamente responsável pela prestação dos serviços objeto do contrato.



Artigo 10.º

Preço base de desconto

1. O preço base de desconto mínimo que a entidade adjudicante se dispõe a obter pela execução de todas as prestações objeto do contrato a celebrar é de:

➤ Gasolina e Gasóleo em posto público - € 0,0551/lit;

2. O preço base total de desconto mínimo para as quantidades estimadas de fornecimento dos bens objeto do contrato a celebrar, para efeitos de aplicação do critério de adjudicação, é de € 8.331,12, sendo dividido da seguinte forma:

➤ Gasolina no posto público – 10.200Lt X € 0,0551 = € 562,02;

➤ Gasóleo no posto público – 141.000Lt X € 0,0551 = € 7.769,10.

Artigo 11.º

Preço contratual

1. A entidade adjudicante obriga-se a pagar ao adjudicatário o preço dos combustíveis rodoviários objeto do contrato a celebrar no âmbito do presente procedimento, resultante da aplicação do desconto proposto ao preço de referência do litro de combustível.

2. Os preços de referência são os praticados e divulgados semanalmente pelo cocontratante, tendo por base as formulas expressas na legislação em vigor.

3. A entidade adjudicante obriga-se a pagar ao adjudicatário o valor global constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor.

Artigo 12.º

Condições de pagamento

1. As quantias devidas pelo Município de Sardoal, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas, no prazo de 60 (sessenta) dias após a receção por este Município das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2. Para os efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega dos bens objeto do contrato.

3. Em caso de discordância por parte do Município de Sardoal quanto aos valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao fornecedor, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o fornecedor obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4. Desde que devidamente emitidas, a(s) fatura(s) será(ão) paga(s) através de transferência bancária.

Artigo 13.º

Boa-fé

As partes obrigam-se a atuar de boa-fé na execução do contrato e a não exercer os direitos nele previstos, ou na lei, de forma abusiva.

Artigo 14.º

Uso de sinais distintivos

Nenhuma das partes pode utilizar a denominação, marcas, nomes comerciais, logótipos e outros sinais distintivos do comércio que pertençam à outra sem o seu prévio consentimento escrito.

Parte II - Especificações técnicas

Artigo 15.º

Conformidade e operacionalidade dos produtos

1. O adjudicatário obriga-se a entregar à entidade adjudicante os produtos objeto do contrato em conformidade com o caderno de encargos do Acordo Quadro e com as especificações do presente caderno de encargos.

Caderno de Encargos – Aquisição de Combustíveis Rodoviários



2. Os produtos objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário ao seu funcionamento.

Artigo 16.º

Local

Os bens objeto do contrato devem ser fornecidos nos postos de abastecimento do adjudicatário.

Parte III - Disposições finais

Artigo 17.º

Sanções

O incumprimento contratual determina a aplicação de sanções pecuniárias por parte da entidade adjudicante, nos termos do Acordo Quadro.

Artigo 18.º

Resolução sancionatória por incumprimento contratual

1. O incumprimento contratual definitivo confere à entidade adjudicante o direito à resolução do contrato, nos termos do Acordo Quadro.
2. A resolução do contrato não prejudica a aplicação de quaisquer sanções pecuniárias, nos termos do artigo anterior.

Artigo 19.º

Comunicações e notificações

1. Em sede de execução contratual, todas as comunicações da entidade adjudicante dirigidas ao adjudicatário são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado, fax ou correio eletrónico, de acordo com os elementos a indicar pelo adjudicatário.
2. Em sede de execução contratual, todas as comunicações do adjudicatário dirigidas à entidade adjudicante são efetuadas por escrito e enviadas através de correio registado, fax ou correio eletrónico, de acordo com os seguintes elementos:

Município de Sardoal

Praça da República,

2230 – 222 Sardoal

E-mail: aprovisionamento@cm-sardoal.pt

Artigo 20.º

Cláusula arbitral e foro competente

1. Qualquer litígio ou diferendo entre as partes relativamente à interpretação ou execução do contrato que não seja consensualmente resolvido no prazo máximo de 30 (trinta) dias será decidido por recurso à arbitragem.
2. A arbitragem será realizada nos termos definidos no Caderno de Encargos do Acordo Quadro de Combustíveis Rodoviários.

Artigo 21.º

Direito aplicável

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes do Acordo Quadro, do CCP e demais legislação aplicável.